

Editorial

O primeiro destaque a ser feito neste número é a publicação, no primeiro bloco, de quatro artigos sobre educação especial. Em meados de 2005, ao prepararmos a coletânea *Educação como exercício da diversidade*, publicada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação com o apoio da UNESCO, composta por artigos de números anteriores da *Revista*, praticamente todos esgotados, nos demos conta que só havia um único texto sobre essa temática, publicado em 1998. Isto posto, resolvemos fazer uma concentração de artigos relativos à educação especial em um dos números de 2006. Tínhamos quatro textos em processo de análise e, após uma chamada feita durante a 28ª Reunião Anual, recebemos mais 22 textos. Para a seleção dos mesmos, foi montada uma minicomissão composta por quatro especialistas da área: Maura Corcini Lopes (UNISINOS), Júlio Romero (UNIMEP), Lodenir Becker Karnopp (UFRGS/ ULBRA) e Ida Mara Freire (UFSC).

Na indicação dos artigos a serem inseridos na *Revista*, foram adotados os

seguintes critérios: privilegiar os textos mais gerais sobre política e gestão dessa subárea; valorizar os textos baseados em pesquisa; publicar apenas um texto de cada estado, desde que não compromettesse a qualidade do conjunto. Após a seleção, o resultado foi o seguinte: quatro artigos aprovados com prioridade 1; sete aprovados com prioridade 2; quinze com pareceres negativos. Como a intenção não era fazer um número especial sobre o tema, inclusive porque já tínhamos outros textos aprovados para este número, os quatro artigos aprovados com prioridade 1 compuseram o conjunto desejado. Por sua vez, por meio de acordo intermediado por Timothy Ireland e após concordância dos autores, os aprovados com prioridade 2 foram cedidos para uma coletânea a ser publicada pelo MEC/SECAD/ UNESCO, que ainda será enriquecida com outros artigos. Antes da apresentação dos artigos inseridos neste número, vale um agradecimento especial aos colegas que nos assessoraram nesse trabalho.

O primeiro artigo, de Enicéia Gonçalves Mendes, “A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil”, dirige-se a aspectos das

políticas públicas em educação especial e inclusiva, recuperando a história recente da área no Brasil e as influências internacionais presentes nas reformas educacionais dos últimos anos. Aponta os problemas do acesso e da qualidade do ensino no atendimento de alunos com deficiência, questionando a linha de ação adotada pelo Ministério da Educação para promover a inclusão desses alunos.

Em segundo lugar, o artigo de Maria Helena Michels, “Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar”, analisa esses temas na legislação e em outros documentos políticos, apontando os limites que os determinantes das reformas colocam para a construção de uma escola inclusiva.

Luciene M. da Silva, em “O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência”, apoiando-se em autores da teoria crítica (Adorno e Horkheimer), discute a função do preconceito, como um mecanismo de negação social dirigido às pessoas com deficiência. Esse caráter de negação recusa a autodeter-

minação dessas pessoas, reduzindo suas possibilidades e visibilidade. Desse ponto de vista, mesmo as práticas educacionais ditas inclusivas não superaram o caráter assistencialista e a precariedade de participação dos sujeitos.

Por sua vez, Madalena Klein desenvolve o texto “Novos textos e novos atores na formação profissional para surdos: rupturas ou permanências?” apoiada em categorias de análise de inspiração foucaultiana, sobre as tecnologias para a normalização de sujeitos e instituições, desenvolve a análise documental de dois conjuntos de programas desenvolvidos no Brasil no final do século XIX e na década de 1990. Ao examinar as ações recomendadas e relatadas, mostra elementos comuns aos diferentes tempos/espacos

e ressalta as marcas específicas dos novos tempos de flexibilidade e competitividade.

Os demais artigos compõem um mosaico de temas atuais na educação brasileira. Cecília Goulart, em “Letramento e modos de ser letrado”, discute a base teórico-metodológica de seus estudos; Mairce da Silva Araújo e Carmen Lúcia Vidal Pérez, em “Um jogo de luz e de sombras”, revelam lógicas de ação no cotidiano escolar; Wagner Rodrigues Silva aborda a exclusão escolar, subvertendo-a pela mediação de atividades de produção textual; Mauricio Rodrigues de Souza retoma a rica perspectiva da “educação antropológica”, comparando as idéias de Bronislaw Malinowski e Paulo Freire; já no texto “Crianças e televisão”, Rosália Duarte, Camila Leite e

Rita Migliora revelam o que crianças pensam sobre e aprendem com a tevê; Marlíia Gouvea de Miranda e Anita C. Azevedo Resende retomam a nunca esgotada discussão sobre a pesquisa-ação no campo educacional, revelando as armadilhas do praticismo; Jane Paiva, analisando práticas atuais da educação de jovens e adultos, examina as concepções e os sentidos que garantem o direito à educação a esses jovens e adultos. Finalmente, Lflan do Valle, valendo-se sobretudo das contribuições de Castoriadis, analisa a importante e sempre atual relação dos movimentos instituintes com o processo de construção da democracia.

Como de hábito, este número completa-se com resenhas que apresentam aos leitores livros sobre educação e educadores recém-lançados por editoras brasileiras.

Osmar Fávero

Editor-chefe